

REPRESENTAÇÕES DA NEOCRISTANDADE NO MOVIMENTO DE RESTAURAÇÃO CATÓLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL (1910 – 1937)

Carlos André Silva de Moura¹

Será no dia em que, instruídos na Religião, constituírem os catholicos uma cruzada vencedora contra a descrença que assola e devasta a organização da patria.

(LEME, Dom Sebastião. **Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese**. Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916. p. 44.)

Os debates sobre o movimento de Restauração Católica² no início do século XX abordaram temáticas variadas que congregaram intelectuais conservadores, religiosos e fiéis em diversos países. Questões como a implementação da ordem, o retorno do catolicismo como a religião oficial, a sacralização da política e a politização do clero foram alguns dos principais assuntos dialogados entre os líderes da recatolização no mundo lusobrasileiro.

O projeto de Restauração Católica foi liderado pela Sé Romana, tendo como principal objetivo a politização do clero que buscava a retomada do poder político e religioso em países que passavam por processos de laicização. Em nossas pesquisas, focamos os debates desenvolvidos em Portugal e no Brasil, após as publicações das Cartas Pastorais assinadas por diversos eclesiásticos, em 1910 e 1916 respectivamente, consideradas os documentos que propuseram a organização do clero para a formação de uma neocristandade comprometida com os valores da Igreja romana.

Em Portugal, o movimento de recatolização teve início após a Proclamação da República em 05 de outubro de 1910. As atividades religiosas receberam mais adeptos a partir das ações dos clérigos que criticavam a publicação da *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, propagando os discursos que classificavam o documento como responsável pela implementação da desordem no país ibérico. A lei foi fundamental para o processo de laicização do Estado, defendendo o fim do catolicismo como religião oficial, abolindo a

participação dos religiosos nas decisões políticas e a interrupção dos “privilégios” dos líderes da Igreja Católica.

Em 24 de dezembro de 1910, os bispos portugueses publicaram *A Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao Clero e Fieis de Portugal*. O documento trazia críticas à nova forma de governo, lançando propostas para a sacralização do Estado a partir da formação de uma neocrandade. Suas ideias destacavam a importância da participação dos intelectuais e fiéis comprometidos com os valores católicos, que seriam os guias para os projetos da Igreja. Entre os pensadores estavam alguns estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que se destacaram no apoio aos projetos da Igreja Católica no início do século XX, a exemplo de António Sardinha³.

Para os clérigos portugueses, o início do período republicano poderia ser classificado como um momento “tempestuoso, [...] período histórico e anormal que a nossa pátria vae atravessando” (Pastoral Collectiva, 1910, p. 03). Tais questões eram agravadas pela situação religiosa no país, já que o projeto de República cortava as relações entre o Estado e a Igreja. Para os eclesiásticos, as reações as ações contra o poder religioso deveriam ser baseadas em atividades que buscassem a restauração do poder da Igreja em Portugal.

Os movimentos anticlericais foram as principais distinções entre a laicização no país ibérico e no Brasil. A lei de separação entre os poderes político e religioso incentivou a organização de grupos que defendiam a perseguição aos eclesiásticos, o confisco dos bens da Igreja, a realização de saques a instituições clericais, como retiros e escolas, além da condenação do uso de símbolos religiosos em público. Para Arnaldo Madureira, após a lei de separação, em Portugal se iniciou “uma verdadeira caça as bruxas” (MADUREIRA, 2004, p. 26). O documento em questão delimitava a atuação da Igreja Católica nas decisões civis, além de garantir o culto de outras práticas religiosas no território português. No entanto, as propostas dos líderes republicanos foram lidas pela população como uma oportunidade de um “acerto de contas” com a Igreja romana, devido os problemas sociais e econômicos que os portugueses atravessavam, já que acreditavam que o atraso social era decorrente da atuação dos religiosos (MATTOSO, 1993, p. 407 e 409).

Apenas com o início das discussões para assinatura da Concordata entre o Estado português e o Vaticano em 1929, os debates entre o político e o religioso foram retomados de forma amistosa no país ibérico. O documento foi assinado em 07 de maio de 1940, com intervenção direta de Oliveira Salazar. O projeto de concordata portuguesa consagrava o

regime de separação entre o Estado e a Igreja, mantendo cada setor independente em suas ações. Com o documento, Portugal deveria reconhecer a personalidade jurídica à Igreja Católica, promover o funcionamento da sua embaixada no Vaticano, garantir a liberdade de exercício, de organização, de hierarquia e de disciplina das suas autoridades. Também ficou estabelecida a devolução dos bens que pertenciam a Igreja antes das propostas da lei da separação. Outras questões importantes para a formação da neocristandade também foram aprovadas, como o ensino eclesiástico nas Igrejas e a sua garantia nas escolas públicas para aqueles alunos que julgassem a disciplina importante (CRUZ, 1998, p. 61).

No Brasil, a separação entre o clero e o Estado se deu com a constituição de 1891. Com a nova realidade política do país, vários eclesiásticos se empenharam na tentativa de reverter à situação política da Igreja Católica. No entanto, foi com a *Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese*, publicada por Dom Sebastião Leme ao assumir a Arquidiocese de Olinda em 1916⁴, que o movimento tomou força. O documento fez uma análise político-social do Brasil no início do século XX, destacando as principais problemáticas que deveriam ser debatidas pelos homens comprometidos com a ordem social. Para o Bispo, as dificuldades econômicas, sócias e políticas eram decorrências da falta de compromisso religioso de sua população, por isso, dever-se-ia organizar um movimento que possibilitasse a recatolização da população e das instituições do país (LEME, 1916, p. 22).

Para Riolando Azzi, o documento foi primordial para estabelecer as ações de intelectuais e religiosos voltados para as atividades de sacralização da política na primeira metade do século XX. O autor destacou que a *Carta Pastoral* serviu como guia para os discursos recatolizadores, promovendo a organização de publicações e instituições que se voltaram para a politização do clero e a legitimação das atividades dos líderes católicos (Cf. AZZI, 1994).

No documento, o bispo também destacou a fragilidade da Igreja para enfrentar as questões religiosas do país. A educação católica, a falta de participação dos fiéis e dos intelectuais nas atividades eclesiásticas, a limitada influência da Igreja nas decisões políticas e a crise financeira da instituição, foram alguns temas que estiveram presentes nos escritos de Dom Sebastião Leme (MAINWARING, 2004, p. 43). Além dos pontos aqui destacados, o bispo foi enfático quando abordou a necessidade da formação de uma neocristandade, com o objetivo de reativar seu poder político no país.

É importante destacarmos, que mesmo com a separação entre os poderes político e religioso no Brasil, percebe-se que a Igreja permaneceu com prestígio entre os setores governamentais. Durante o governo de Getúlio Vargas, muitas ações do clero serviram para combater as propostas da esquerda, promovendo ações para arquivar os discursos dos seus inimigos em comum. Tal parceria foi vista por membros da Igreja Católica Portuguesa como um exemplo a ser seguido, pois mesmo com os poderes independentes, continuaram atuando em conjunto para o combate à chamada desordem social (MAINWARING, 2004, p. 43).

O conceito de Restauração Católica defendido por intelectuais e religiosos estava baseado nas afirmações propostas por Pio XI, que destacou que era necessário “restaurar todas as coisas em Cristo”. O termo foi utilizado para reconduzir a Igreja romana à posição de colaboradora com o Estado na manutenção da ordem social. Os elementos fundamentais do trabalho dos religiosos era fazer com que os ensinamentos católicos voltassem a ser parte constituinte da sociedade nos diversos países (AZZI, 2004, p. 22). Segundo os membros da Igreja, as doutrinas religiosas seriam importantes para a construção da ordem social nos diversos lugares de atuação do clero.

Representações da Neocristandade em Portugal e Brasil

Em nosso texto realizamos um debate sobre as representações da neocristandade, formadas por líderes do movimento de Restauração Católica em Portugal e no Brasil, a partir das cartas pastorais publicadas para direcionar os projetos de recatolização. Destacamos que as ações desenvolvidas nos dois países se estendiam para as atividades políticas, sociais, culturais, educacionais e tantas outras temáticas que estavam relacionadas com as questões religiosas.

O conceito de neocristandade estava baseado nas ações para a formação de um grupo de fiéis comprometidos com os projetos desenvolvidos pela Sé Romana no início do século XX. Com isso, seria possível entusiasmar a sociedade para as atividades católicas, que tinham o objetivo de evitar o anticlericalismo, no caso português, ou continuar com as relações amistosas com setores do governo, no caso brasileiro. Um dos pontos principais do projeto era efetivar o Estado cristão no mundo luso-brasileiro, com a presença do espírito católico em suas estruturas governamentais e civis (AZZI, 1994, p. 60).

Observamos as representações como a possibilidade de se ver um fato em sua ausência, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado. A representação como exibição de uma presença na ausência, como apresentação pública de algo ou de alguém. Também podemos perceber a representação simbólica, baseada na moral através da imagem, dos signos, das propriedades ou das coisas naturais (CHARTIER, 1990, p. 20). Este último ponto foi muito utilizado pelos líderes da Igreja, que em seus discursos destacavam a importância da moral nas ações sociais.

Na análise das fontes, percebemos as várias formas de representações utilizadas nos discursos dos líderes do movimento de Restauração Católica. Entre elas, destacamos as imagens construídas para as ações dos intelectuais, como homens das letras comprometidos com os valores religiosos. Os letrados no início do século XX eram vistos como indivíduos responsáveis pela condução de parte da população para a resolução das problemáticas sociais, fato que foi utilizado pela Igreja para a legitimidade dos discursos recatolizadores (Cf. MOURA, 2012).

Os homens das letras eram vistos com um dos responsáveis pela formação e condução da neocristandade. Seus discursos tinham o objetivo de legitimar as atividades recatolizadoras, destacando as contribuições dos ensinamentos católicos para agregar os indivíduos que compartilhavam do pensamento político e social da Igreja romana.

A desordem, tanto para os eclesiásticos portugueses como para os brasileiros, estava representada na efetivação das leis, ações e projetos que “combatiam” os valores católicos. Por desordem, destacamos que pode ser entendido como os “elementos de um conjunto, fazendo parte deste todo, *se comportam como se não fizessem parte*; introduzem aqui a contradição [...]” (BALANDIER, 1997, p. 49)⁵. Tal contradição era representada na laicidade do sistema republicano, nas propostas dos movimentos de esquerda e no anticlericalismo de grupos que criticavam as ações dos membros da Igreja Católica.

A formação da neocristandade era vista como uma ação necessária para todos os católicos. Na Pastoral dos eclesiásticos portugueses foi destacada a importância do trabalho que cada fiel para a divulgação dos ensinamentos divinos. Para os bispos lusitanos, dever-se-ia seguir os ensinamentos do Papa Leão XIII, que defendeu que a missão da Igreja era proteger a Verdade⁶, pois assim, estariam colaborando para a honra de Deus e a salvação dos homens. Porém, as ações seriam destinadas a todos os indivíduos que valorizassem as palavras divinas, pois:

[...] sempre que as circunstâncias o exigem já não são apenas os Prelados que teem obrigação de vigiar pela integridade da fé, senão que, como diz S. Thomás d'Aquino, - <<cada qual é obrigado a manifestar publicamente a sua fé, quer para instruir e animar os outros fiéis, que para repellir as impugnações dos adversários.>> - Recuar perante o inimigo e guardar silencio, quando de todos os lados se levantam clamores contra a verdade, é próprio de homem sem carácter ou de quem duvida da verdade de suas crenças. Em qualquer dos casos, tal procedimento é indecoroso e faz injúria a Deus; é inconciliavel com a salvação própria e com de todos; não aproveita senão aos inimigos da fé; por isso que não há nada que dê ousio e fôrça aos maus como a fraqueza dos bons. – Ha quem objective que **Jesus Christo**, protector e defensor da Igreja, não carece de auxilio humano. Não é que lhe faça mingua o podêr (respondemos): é que, por effeito de sua grande bondade, nos quis reservar a nós uma parte de esforço e merecimentos pessoaes, para a nós mesmos appropriarmos e applicarmos os fructos da salvação que a sua graça nos adquiriu. (Pastoral Collectiva, 1911, p. 29)⁷.

Percebe-se que nas propostas dos religiosos lusitanos, as atividades de divulgação das ideias eclesiásticas e a conquista de novos fiéis eram consideradas um privilégio para os católicos. A formação da neocristandade era vista como uma missão designada por Jesus Cristo, que atribuía tal ação aos homens por bondade, pois suas tarefas colaboravam com a salvação daqueles que trabalhavam para a efetivação dos projetos divinos.

A carta pastoral dos bispos portugueses também destacou a importância da participação dos intelectuais no movimento de recatolização. Os letrados se destacavam por angariar adeptos nas ações do clero, haja vista que utilizavam sua posição social para a legitimidade dos seus discursos. Destacamos que durante suas ações, as relações de saber e poder estavam presentes, pois se utilizavam do saber para exercer o poder de convencimentos ou dizibilidade nas camadas sociais que legitimavam suas propostas religiosas (Cf. FOUCAULT, 2003).

Na carta pastoral publicada por Dom Sebastião Leme, destacou-se a tradição católica do Brasil, os números de declarantes do segmento religioso, porém também se levantou o debate sobre a falta de militância destes fiéis. Para o bispo, os problemas sociais do país são decorrentes da carência de compromisso dos católicos com a causa da Igreja. Em seus escritos, o eclesiástico destacou que “Somos a maioria e quase totalidade da nação – acabamos de ver. Agora bem; perguntamos: *somos uma maioria conscia dos seus deveres religiosos e sociaes?* Infelizmente, parece-Nos que não” (LEME, 1916, p. 04). O pensamento do religioso foi fundamental para sensibilizar letrados e clérigos com a causa católica, que tinha como um dos seus objetivos a ampliação das suas atividades por diversos setores da sociedade.

Para o líder da Arquidiocese de Olinda, não era o número de fiéis que iriam promover as mudanças necessárias na Igreja Católica no Brasil, mas os homens que estivessem comprometidos com os valores religiosos. Por isso, era preciso despertar o sentimento religioso daqueles que tinham uma ligação com a Igreja romana. Seus escritos foram provocativos ao afirmar que todos merecem perdão, têm o direito de serem recatolizados, inseridos no projeto de formação de uma nova cristandade. Em sua carta pastoral, percebemos os questionamentos do bispo, indagando sobre a necessidade de ampliar as realizações da eucaristia. Para o religioso:

A Penitencia e a Eucharistia, focos de luz divina, são sacramentos conhecidos tão sómente da minoria eleita dos nossos irmãos. E os outros? Não carecem do perdão magnânimo do Christo? Não precisam, quem sabe, das luzes, do conforto e das inenarráveis graças do pão Eucharístico? Não são Catholicos! É que são catholicos de nome, catholicos por tradição e por habito, catholicos só de sentimento (LEME, 1916, p. 04).

As afirmações da necessidade de recatolizar os católicos esteve presente em várias publicações organizadas por intelectuais ligados a “Igreja de Pedro”⁸. As atividades da neocristandade no Brasil eram representadas como as ações que proporcionariam a salvação do país, já que “ao catholico não póde ser indifferente que a sua patria seja ou não aliada de Jesus Christo” (LEME, p. 08). Desde modo, percebemos que os líderes religiosos enxergavam na formação de um conjunto de fiéis, não apenas o crescimento de militantes, mas um dos instrumentos para a promoção da ordem social no país. Os “novos” membros da Igreja tinham o papel de compartilhar as ações dos seus líderes, promovendo os debates em seus espaços de sociabilidade, a exemplo das atividades da Ação Católica e Congregações Marianas.

Para o sucesso de suas atividades, os escritos das cartas pastorais foram debatidos em diversos periódicos em Portugal e no Brasil. No jornal *A Tribuna*, a carta pastoral de 1916 foi utilizada para destacar as ações que os membros da Igreja deveriam tomar para recatolizar os fiéis que não estavam comprometidos com os projetos religiosos. Para isso, era necessário combater as ideias de laicização, o pensamento moderno, defender a sacralização da política e das instituições no Brasil.

[...] antes de mais nada os católicos se esclareçam sobre a essência de sua Fé. Realizamos, agora, na medida do possível, a obra imediata e urgente,

que se nos apresenta: orientar a consciência católica na sua participação á vida política da nação. Mas que isso não nos faça esquecer o outro dever mais alto e fundamental: atacar em suas raízes a ignorancia do nosso catolicismo, organizando o ensino católico superior, estendendo os círculos de estudo, as revistas, as conferencias, as escolas de cultura religiosa, empreendendo, por todos os meios a nosso alcance, uma obra de cultura, capaz de transformar o nosso catolicismo sentimental em um catolicismo racional e objectivo [...] Entre nós, os males do catolicismo **não praticante** se estenderam de modo tal, que hoje **a recatolização dos católicos** é tão necessária, ou mais, do que a evangelização dos incrédulos. E o sentido mais concreto dessa recatolização é mostrar aos católicos que o dever político se subordina ao dever cultural, pois a ignorancia ainda campeia entre nós católicos quanto aos deveres mais elementares de nossa Fé, e, finalmente, que o dever espiritual excede a todos os demais e que só por ele chegaremos a cumprir honestamente os outros dias (BEZERRA, 1933).

Os católicos também eram alvo dos discursos restauradores. A recatolização dos religiosos amórficos era uma realidade entre os intelectuais que lideravam o movimento, pois estes “fracos fiéis” poderiam se fascinar com a desordem que rondava o país. O católico não praticante ou não defensor de suas crenças era tido como um homem incompleto, pois não defendia o que “tinha de mais nobre em seu ser”. Por isso, os líderes da recristianização em Portugal e no Brasil defendiam a atuação dos letrados no despertar dos seus pares.

Percebe-se que as representações da formação de uma neocristandade no mundo luso-brasileiro no início do século XX foram vistas como um das ações que salvaria os dois países da desordem social. Os debates para a nova cristandade esteve em consonância com o projeto de Restauração Católica, haja vista, os objetivos de divulgação dos ensinamentos religiosos em um momento que se buscava a sacralização da política. Por isso, intelectuais e líderes da Igreja Católica se empenharam na divulgação das ideias que defendiam a conquista de novos fiéis e o “despertar” dos católicos que não apresentavam uma efetiva participação nas atividades da “Igreja de Pedro”.

Fontes:

BEZERRA, Andrade. A recatolização dos católicos. A Tribuna, Recife, p. 01, 11 jan. 1933.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução por João Ferreira de Almeida. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. 1408 p.

LEME, Dom Sebastião. Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese. Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.

OLIVEIRA, Carlos de. Lei da Separação do Estado das Igrejas anotada por Carlos de Oliveira. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1914.

Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao Clero e fieis de Portugal. Évora: Veritas, 1910.

Portugal e a Santa Sé. Concordata e Acôrdo Missionário de 7 de Maio de 1940. Lisboa: Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, MCMXLIII.

Referências:

AZZI, Riolando. A Neocristandade: um projeto restaurado. São Paulo: Paulus, 1994.

_____; GRIJP, Klaus Van Der. História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo. Terceira época – 1930 – 1964. Petrópolis: Vozes, 2008. T. II/3-2.

BALANDIER, Georges. A Desordem: elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CRUZ, Manuel Braga da. O Estado Novo e a Igreja Católica. Lisboa: Bizâncio, 1998.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC – RIO, 2006.

LENHARO, Alcir. A Sacralização da Política. Campinas: Papyrus, 1986.

MADUREIRA, Arnaldo. A Questão Religiosa na Iª República: contribuições para uma autópsia. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 09.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916 – 1985). São Paulo: brasiliense, 2004.

MATTOSO, José; RAMOS, Rui. História de Portugal: a segunda fundação. Lisboa: Estampa, 1993. v. 06.

MICELI, Sergio. Intelectuais à Brasileira. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001.

MOURA, Carlos André Silva de, [et al] (Org.). *Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas*. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2011.

_____. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 – 1937)*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.

¹ Doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: casmcarlos@yahoo.com.br

² Em alguns momentos substituiremos o termo Restauração Católica por recatolização.

³ António Sardinha foi uma dos principais líderes do Movimento Integralista Lusitano, que defendeu a relação do político com o religioso para a resolução das crises sociais portuguesa.

⁴ Estamos nos referindo a Arquidiocese de Olinda, pois a circunscrição religiosa torna-se Arquidiocese de Olinda e Recife apenas em 1917.

⁵ Grifos da fonte.

⁶ Nos escritos dos líderes católicos, a Verdade é vista como as palavras divinas, que não devem ser questionadas, mas cumpridas e propagadas na sociedade.

⁷ Grifos da fonte.

⁸ Aqui estávamos nos referindo à passagem de Mateus 16:18. Cf. BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução por João Ferreira de Almeida. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. 1408 p.